

arquivo



administração

PUBLICAÇÃO OFICIAL  
DA ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS  
v. 8 n. 2 agosto 1980

*A desordem  
documental no Brasil  
Burocracia  
e desenvolvimento*

0373 Clas. PER  
& Administração  
2  
ago. 1980

,00

100-2244

## Vida nos arquivos capixabas\*

Fernando Achiamé\*\*

*Tudo que o Homem registra para  
recorrer no futuro é matéria de  
arquivo.*

*"O Homem é o maior destruidor de  
documentos." (Lema entre os  
arquivistas)*

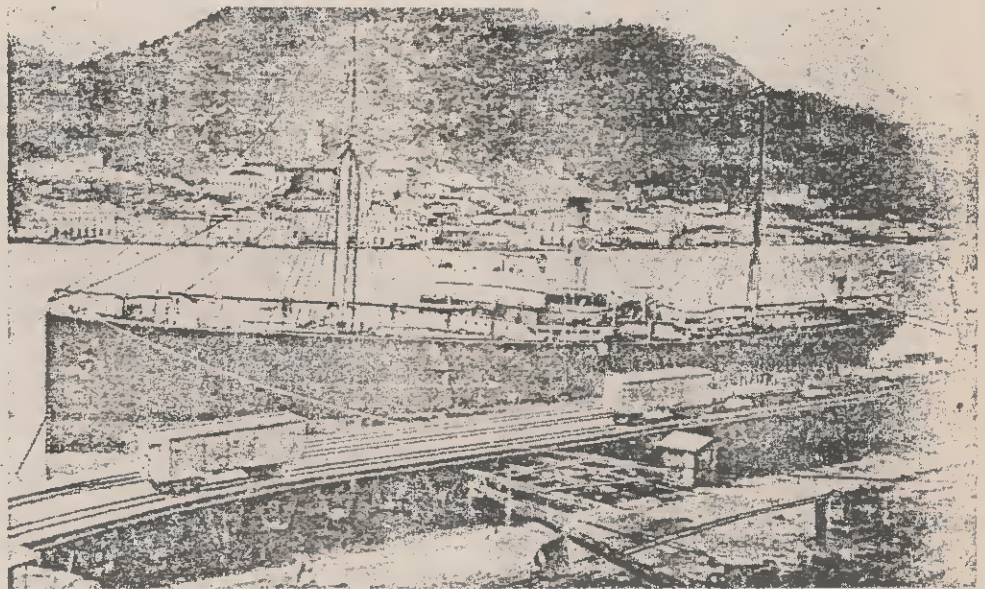
*"Ninguém tem maior know-how de  
destruição que o capixaba."  
(Paulo Fraga)*

*"Os habitantes desta terra não são  
repúblicos (não possuem o sentido  
do bem comum)."  
(Um cronista do Brasil Colonial)*

Para a História, todo e qualquer tipo de material pode ser considerado um documento, na dependência de se constituir prova de uma atividade cultural do ser humano. Cultural no sentido antropológico do termo. Mas, aqui, trata-se de precisar a situação dos documentos produzidos ou recebidos pelos diversos governos espírito-santenses no decorrer de suas atividades e pelos habitantes e instituições privadas desta terra.

Os índios deixaram registros inconscientes de suas atividades nas pontas de flechas, cerâmicas, enterramentos, objetos vários. Dada a natureza destes objetos e da maneira como se apresentam, existe uma técnica específica, a única habilitada a recuperar as informações neles contidas: a arqueologia.

Os colonizadores portugueses na capitania do Espírito Santo também deixaram muitos registros inconscientes de suas atividades cotidianas. Estas atividades eram de natureza vária, no campo da economia, da sociedade, da política. Mas os registros históricos,



Vitória - 1910

quando autênticos e fidedignos, são inconscientes, no mais das vezes. Os governantes portugueses não elaboravam uma carta de doação ou um foral, pensando nos historiadores do século XX, mas em registrar e fazer valer uma determinação objetiva.

É profundamente lamentável que esta documentação colonial esteja tão pobremente representada em nossos arquivos, sejam estaduais, municipais ou até mesmo privados (eclesiásticos, por exemplo). Por que o Espírito Santo, uma terra que "fabrica história" (para empregarmos uma expressão do historiador José Honório Rodrigues) desde a época colonial detém em seus arquivos pouquíssima documentação deste período? Só recorrendo aos acervos do Arquivo Nacional, do Arquivo do Estado da Bahia e de arquivos portugueses é que se pode recuperar alguma coisa da ação dos governos da então capitania do Espírito Santo.

Recentemente um pesquisador interessado em assuntos filológicos esteve procurando, sem sucesso, o original de um bando da Câmara da Vila de Vitória que em 23 de maio de 1795 conclamava seus habitantes a falarem o português, proibindo assim o uso da língua geral. Semelhante documento, cuja referência é encontrada no livro *História, Descoberta e Estatística da Província do Espírito Santo*, de Basílio Carvalho Daemon, tem importância até hoje, passados quase duzentos anos, para um filólogo provar por que não falamos mais a língua geral, e sim o português. Nenhum arquivo da Câmara Municipal do Espírito Santo (e temos muitas de provecida idade) manteve-se, não digo intacto, que seria exigir muito, mas ao menos com sua documentação completa e em condições de pesquisa. A única exceção é o arquivo da Câmara Municipal da Vila de Itapemirim que há muitos anos foi recolhido ao então Museu Capixaba e lá organizado. Posteriormente deu entrada no Arquivo Público Estadual onde se encontra.

\* Extraído da *Revista Fundação Jones dos Santos Neves*, Vitória, 2 (4):35-7, out./dez. 1979.

\*\* Diretor do Arquivo Público Estadual e do Núcleo Regional da AAB no Espírito Santo.

## A Destruição é Comum

O homem é o maior destruidor de documentos. E ele os destrói tanto por ação quanto por omissão, o que é pior, às vezes. Sabemos que, onde se guarda tudo, não se guarda nada. Esta é a realidade de nossos arquivos. Guarda-se tudo numa vala comum, os documentos são enterrados neste cemitério chamado "arquivo morto". Mas o chamado "arquivo morto" não está realmente morto. Se ele perdeu sua utilidade para o movimento corrente da instituição à qual pertence, possui valores outros que precisam ser preservados. Que valores são esses? Valores de pesquisa, valores de prova (que atestam o funcionamento da instituição, os programas nela desenvolvidos, suas funções), valores de informação (sobre objetos, pessoas e fenômenos). Se os documentos não possuem quaisquer desses valores, não há porque gastar dinheiro mantendo-se inutilmente guardados. Assim, a principal tarefa dos arquivistas em nossos dias é a seleção. Nenhum governo do mundo, como bem asseverou Schellenberg, possui verbas suficientes para arquivar todos os papéis que produz. Nos Estados Unidos, por exemplo, só de 3 a 5% da documentação produzida pelo Governo federal anualmente dá entrada no Arquivo Nacional ou nos centros de arquivo, então, ficou muito importante a tarefa de seleção. Selecionar um arquivo é garantir a boa qualidade de sua documentação, conservando somente os papéis possuidores de valores que justifiquem sua guarda permanente. Selecionar arquivos é separar o joio do trigo, eliminando-se o inservível. Sim, porque não podemos deixar que esta tarefa seja exercida pelo tempo, pela água, pelos ratos ou pelo fogo que não sabem distinguir um documento valioso de outro sem importância alguma. Para exemplificar de acordo com nossa realidade: estes elementos não sabem distinguir no arquivo da extinta Secretaria do Governo, na pasta nº 3, do ano de 1951, um processo solicitando quinze dias de licença para tratamento de saúde, de outro que ilumina diretrizes políticas e tentativas institucionais para implantar uma usina siderúrgica em nosso Estado. Arquivo é um serviço-meio, é um problema de administração. Atualmente, devido à

grande massa de documentos produzida diariamente, quer pela máquina estatal, quer pelas poderosas instituições privadas, os documentos devem ser administrados como, por exemplo, se administra patrimônio mobiliário, transportes ou material de consumo.

Mas o homem também destrói muitos documentos por ação. Tem-se notícia que muitas prefeituras do interior capixaba simplesmente tocaram fogo em seus arquivos "para se verem livres daquela papelada velha e imprestável". Também é sabido que muitos incêndios, extravios e perdas de arquivos são realizados com intenção dolosa, para desaparecer com documentos comprometedores que ali existiam. Estas ações dolosas de se destruírem arquivos ou parte deles para encobrir malfeitos, para prejudicar adversários ou para dificultar a ação governamental e da justiça são mais comuns do que se pensa. Como um arquivo reflete a vida e as atividades da instituição à qual pertence, claro está que muitas vezes este reflexo não irá interessar em toda sua prenitude a determinadas pessoas. Os documentos podem morrer de duas maneiras:

— por "morte natural", quando os mesmos perdem os seus valores correntes e não adquirem os valores permanentes (históricos, legal, administrativo). Neste caso constituem lixo e devem ser logo eliminados;

— por "assassinato", quando os documentos de valor são destruídos por ação ou omissão da comunidade e/ou de seus responsáveis. Neste caso, por serem únicos, representam uma perda irreparável para a sociedade.

## Árvores e Papel

O malbarateamento dos arquivos por parte de prefeituras e câmaras municipais do interior capixaba é um fato (sempre com as honrosas exceções). O jornalista Rogério Medeiros realizou uma excelente reportagem sobre um madeireiro capixaba que se auto-intitula "assassino de árvore" (*Jornal do Brasil*, 11/11/79, p.20). Nesta reportagem o ecólogo capixaba Paulo Fraga da FISN afirma que as serrarias na Amazônia "não vão deixar nada, a não ser pastos com boi em cima. Ninguém tem maior *know-how* de devastação do que o capixaba. Eles conseguiram acabar com as florestas do Norte

do Espírito Santo e Sul da Bahia. Desaparece, pela sua ação depredadora, uma infinidade de espécies vegetais do maior valor, inclusive o jacarandá, a mais cobiçada árvore do universo".

Se nós capixabas conseguimos que desaparecesse da face do universo espécies vegetais de existência única, o que dizer dos documentos elaborados por nós mesmos, por sinal também únicos e, ironicamente feitos da mesma celulose?

Uma afirmação precisa ser feita, que todo mundo sabe, mas que é educado dissimular: os arquivos capixabas vêm sendo destruídos. E esta situação, não sendo exclusiva dos arquivos, constitui fato mais triste ainda: os restos arqueológicos aqui existentes vêm sendo sistematicamente aniquilados; o Espírito Santo é uma terra que em pleno ano de 1979 não possui um museu digno deste nome, com a única exceção do Museu do Colono, em Santa Leopoldina.

Podemos explicar historicamente o posicionamento da comunidade capixaba perante os seus documentos. É um processo que tem suas raízes na vida colonial. Já se disse que o mais difícil de ser mudado é a mentalidade de um povo. De modo geral, o povo capixaba não conhece o que seja verdadeiramente arquivo. Não sabe que é dono dos arquivos públicos, que os governos administram em seu nome.

A própria documentação privada vem sendo destruída. Quando um empreendimento privado atravessa uma fase de graves dificuldades, é comum que os seus responsáveis se interessem pelo desaparecimento de muitos papéis, geralmente com intenção criminosa. Mas também se percebe que se uma empresa vai de vento em popa, os seus proprietários gostam de manter organizados os arquivos. Sentem orgulho de documentar o seu início, procuram exibir os papéis como prova de suas atividades passadas, tentando recuperar mesmo aquelas porventura extraviadas.

## Documento é Documento

Mas é preciso dizer que o capixaba, mesmo destituído de maior cultura formal, escolar, dá um certo valor ao documento. Em nossa terra são encontradas expressões como "documento

é documento”, “pode escrever o que estou dizendo”, “palavras o vento leva, mas o que está escrito, não”. São expressões indicadoras da importância que o povo confere ao documento estito. Na ânsia de fixar no papel informações importantes, o povo mitifica o documento. É certo que a comunidade só fixa em documento o que considera importante. Pode-se afirmar, pedindo licença aos profissionais da psicologia social, que os capixabas destroem documentos por ignorância, e vergonha. Ignorância, analfabetismo existem de um lado e são fatores preponderantes nesta destruição. Administradores e pessoas têm geralmente ojeriza, repulsa a tudo que é documento velho. Mal comparando, é como um indivíduo que tem vergonha do seu passado, que procura esquecê-lo. Temos também a mitificação do documento, que nos nossos dias também contribui, paradoxalmente, para destruí-lo. Como já ficou dito antes: onde se guarda tudo, não se guarda nada.

Quando um funcionário público, por exemplo, não procura selecionar os seus processos, não abre mão de sua papelada inútil, está contribuindo para malbaratar a documentação valiosa que junto como ela existe.

Modernamente, os arquivos vêm assumindo novas tarefas, o que fatalmente irá se refletir no Espírito Santo. Aqui cabe uma citação do Dr. Raul Lima:

“No caso das transmissões televisonadas, o *tape* nos permite ver mais tarde o que foi visto horas antes, ver de novo daqui a anos. A geração futura poderá igualmente ver o que a atual está vendo se houver um bom arquivamento de *tapes*”.

“Ora, o que ocorre agora com os instrumentos da avançada tecnologia eletrônica vem ocorrendo, há séculos, com o material mais difundido e abundante — o documento escrito em papel, para não falar nos outros que o precederam, desde o mais vetusto — a pedra. É a guarda do documento, dos documentos em séries e coleções, para uso intenso e imediato das atividades cotidianas ou para o sereno e meticoloso estudo do ontem, num e noutra caso com assegurado préstimo para amanhã, que caracteriza o arquivo como fonte e, além de fonte, como veículo de comunicação. (*Da Problemática da Documentação Histórica* — Rio de Janeiro — 1974.)

Sabemos todos que, no País, graves problemas (sobretudo em áreas prioritárias como a saúde e a educação) têm sido enfrentados pelos diversos governos e muitos destes problemas estão longe de ser resolvidos. Então não podemos exigir de nós mesmos que os arquivos (durante tantos anos abandonados) funcionem às mil maravilhas, num simples toque de magia. Nem podemos exigir que a comunidade coloque o arquivo como centro de suas atenções. Mas também não se admite os papéis servindo somente como lixo ou para escárnio geral. E papéis produzidos pelos que, antes de nós, deram muito de si por este Espírito Santo.

#### Perigo do Comodismo

Não se pode assumir a posição de pessoas que afirmam: “Se os capixabas destroem documentos, não importa! Pelo menos ficará como traço característico de nossa época que fomos destruidores de documentos!” É uma posição comodista e perigosa.

Comodista porque se conforma com a realidade presente e não cuida

de modificá-la para melhor. Não é por mera coincidência que dois grandes estadistas espírito-santenses, dois administradores dinâmicos e de visão, como o foram Jerônimo Monteiro e Florentino Avidos, valorizaram os documentos capixabas com as soluções da época. O primeiro criando o Arquivo Público e encarregando sua organização a ilustres homens públicos. O segundo, quase vinte anos após, dotando a instituição de sede própria e encarregando sua reorganização a outros ilustres homens públicos. Estes dois presidentes do Estado, ou pelo menos suas equipes de governo, sabiam o quanto é importante preservar e organizar o patrimônio arquivístico capixaba. Se eles tivessem se omitido, possivelmente estaríamos hoje a lamentar a perda de valiosos documentos que as gerações passadas nos legaram.

E tal posição, além de comodista, é perigosa porque, hoje em dia, preservar os arquivos é questão de sobrevivência para nossa comunidade. Se parte substancial dos documentos capixabas for destruída, as atividades públicas e privadas em nosso Estado não poderão ser exercidas a contento. Guardadas as proporções, é como se uma pessoa perdesse sua memória, a história de sua existência, com todas as passagens que servem de pontos de referência, que formam sua personalidade.

Então, se o Espírito Santo perder, mesmo em parte, seus documentos de valor, estará condenado a possuir uma história mutilada, quer dizer, terá desfigurada sua própria identidade. E se tivermos desfigurada nossa identidade, de nada adiantarão todos os esforços em prol do desenvolvimento. Em outras palavras: se a vida que existe nos documentos for perdida, estaremos sofrendo um grande revés na luta pelas nossas vidas e pela construção do futuro.

#### ANUIDADES A PARTIR DE 1981

PESSOA FÍSICA — Cr\$ 720,00  
QUANDO PAGA ATÉ 31 DE MARÇO DE  
CADA EXERCÍCIO, Cr\$ 600,00

PESSOA JURÍDICA — Cr\$ 1.800,00  
QUANDO PAGA ATÉ 31 DE MARÇO DE  
CADA EXERCÍCIO, Cr\$ 1.500,00

**Sugestão aos  
arquivistas:  
peguem parte  
do seu dinheiro  
todo mês  
e arquivem  
na letra P.**

**Poupança, Caderneta de**  
Quem poupa conquista o que  
a vida tem de melhor.

Fac  
Arc  
v. 8  
ma